



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM DIANTE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO UMA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

NURSING PRACTICE IN THE FACE OF VIOLENCE AGAINST WOMEN AS A FORM OF GENDER-BASED VIOLENCE

ACTUACIÓN DE LA ENFERMERÍA FRENTE A LA VIOLENCIA CONTRA LA MUJER COMO UNA VIOLENCIA DE GÉNERO

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo reconhecer a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, enfatizando a relevância da questão de gênero na compreensão desse fenômeno. Buscou-se, ainda, identificar os principais tipos de violência que acometem as mulheres, bem como analisar a abordagem da enfermagem na assistência às vítimas em situação de violência. Ressalta-se, nesse contexto, a importância da implementação de programas governamentais voltados especificamente para a mulher, com a finalidade de promover o bem-estar emocional, psicológico e psicossocial. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter exploratório, delimitada por meio de revisão bibliográfica. A coleta de dados foi realizada nas bases SciELO, LILACS e Google Acadêmico, além da consulta a documentos oficiais, utilizando os descritores "Agressão Física", "Enfermagem", "Saúde Mental" e "Tipos de Violências". Foram incluídos artigos em língua portuguesa, publicados entre 2005 e 2025, disponíveis na íntegra e que abordassem a temática da violência contra a mulher. A análise dos estudos evidenciou que a violência sofrida pelas mulheres ocorre, em sua maioria, no ambiente familiar, sendo o parceiro conjugal o principal agressor. Conclui-se, portanto, que há uma necessidade premente de medidas governamentais e da atuação dos profissionais de saúde, especialmente da enfermagem, para o aprimoramento das práticas de acolhimento e cuidado às mulheres vítimas de violência, contribuindo para a efetivação de políticas públicas e para a promoção de um cuidado integral.

Palavras chaves: Agressão física; enfermagem; saúde mental; tipos de violências.

ABSTRACT

The present study aimed to recognize violence against women as a public health problem, emphasizing the relevance of the gender issue in understanding this phenomenon. It was also sought to identify the main types of violence that affect women, as well as to analyze the nursing approach to the care of victims in situations of violence. In this context, the importance of implementing government programs specifically aimed at women is highlighted, with the purpose of promoting emotional, psychological and psychosocial well-being. This is a qualitative research, of an exploratory nature, outlined through a bibliographic review. Data collection was carried out in the SciELO, LILACS and Google Scholar databases, in addition to consulting official documents, using the descriptors "Physical Aggression", "Nursing", "Mental Health" and "Types of Violence". Articles in Portuguese, published between 2005 and 2025, available in full and addressing the theme of violence against women, were included. The analysis of the studies showed that the violence suffered by women occurs, for the most part, in the family environment, with the marital partner being the main aggressor. It is concluded, therefore, that there is an urgent need for government measures and the performance of health professionals, especially nursing, to improve the practices of reception and care for women victims of violence, contributing to the effectiveness of public policies and the promotion of comprehensive care.

Keywords: Physical aggression; nursing; mental health; types of violence.

RESUMEN

El presente estudio há pretendido reconocer la violencia contra las mujeres como un problema de salud pública, subrayando la relevancia de la cuestión de género para comprender este fenómeno. También se buscó identificar los principales tipos de violencia que afectan a las mujeres, así como analizar el enfoque de enfermería en la atención a las víctimas en situaciones de violencia. En este contexto, se destaca la importancia de implementar programas gubernamentales específicamente dirigidos a las mujeres, con el propósito de promover el bienestar emocional, psicológico y psicossocial. Se trata de

una investigación cualitativa, de carácter exploratorio, esbozada a través de una revisión bibliográfica. La recopilación de datos se realizó en las bases de datos SciELO, LILACS y Google Scholar, además de consultar documentos oficiales utilizando los descriptores "Agresión Física", "Enfermería", "Salud Mental" y "Tipos de Violencia". Se incluyeron artículos en portugués, publicados entre 2005 y 2025, disponibles íntegros y que tratan el tema de la violencia contra las mujeres. El análisis de los estudios mostró que la violencia sufrida por las mujeres ocurre, en su mayor parte, en el entorno familiar, siendo la pareja el principal agresor. Se concluye, por tanto, que existe una necesidad urgente de medidas gubernamentales y del desempeño de los profesionales sanitarios, especialmente de enfermería, para mejorar las prácticas de recepción y atención a las mujeres víctimas de violencia, contribuyendo a la eficacia de las políticas públicas y a la promoción de una atención integral.

Palabras clave: Agresión física; enfermería; salud mental; tipos de violencia.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno complexo e persistente que atravessa diferentes dimensões da sociedade brasileira. Assim, a violência dirigida às mulheres não pode ser interpretada apenas como um episódio isolado ou restrito à esfera individual. Na realidade, trata-se de um fenômeno de caráter estrutural, relacionado a desigualdades de gênero construídas historicamente e mantidas por práticas culturais que, muitas vezes, acabam naturalizando relações de poder, dominação e silenciamento feminino (Batista *et al.*, 2021).

Dados divulgados pela Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher indicam a dimensão desse cenário no país. Segundo levantamento realizado pelo DataSenado em 2025, cerca de 28% das mulheres brasileiras afirmaram já ter vivenciado algum tipo de violência ao longo da vida. Desse total, aproximadamente 7% relataram ter sofrido agressões nos doze meses anteriores à pesquisa, o que representa um universo estimado de 3,7 milhões de mulheres. Em aproximadamente 70% das situações havia pessoas presentes no momento da agressão; entretanto, apenas 29% desses casos resultaram em algum tipo de auxílio à vítima (DataSenado, 2025).

No mesmo ano, o Brasil registrou 1.518 ocorrências de feminicídio, média equivalente a quatro mortes de mulheres por dia, o que evidencia a gravidade do problema e reforça a necessidade de ações efetivas para seu enfrentamento (Carvalho *et al.*, 2025). As consequências da violência contra a mulher alcançam diferentes dimensões da vida social e individual. Além de provocar danos à integridade física e ao equilíbrio psicológico das vítimas, essa realidade também afeta o convívio

familiar e repercute no contexto comunitário, contribuindo para o aumento de casos de adoecimento e para índices relevantes de mortalidade (Garcia; Oliveira, 2024).

Entre os locais onde esses episódios ocorrem com maior frequência, destaca-se o espaço doméstico, no qual o companheiro ou parceiro íntimo aparece, de forma recorrente, como o principal responsável pelas agressões registradas (Borges *et al.*, 2024). Mesmo diante de avanços na legislação e da criação de diferentes mecanismos destinados ao registro de denúncias, muitos casos continuam sem chegar ao conhecimento das autoridades. A subnotificação permanece expressiva e está associada a diversos fatores, como o receio de novas violências, a preocupação com o bem-estar dos filhos, a fragilidade das redes de apoio e o estigma social ainda vinculado à condição de vítima (Signorelli *et al.*, 2018).

Nesse cenário, reconhecer a violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos, além de compreendê-la como manifestação das desigualdades de gênero, constitui passo essencial para a formulação de políticas públicas mais efetivas e para o fortalecimento de uma sociedade orientada por princípios de justiça e equidade. Diante desse cenário, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a violência contra a mulher pode ser compreendida como um problema de saúde pública e qual o papel da enfermagem no cuidado e na assistência às mulheres em situação de violência?

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral reconhecer a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, destacando a relevância da perspectiva de gênero na compreensão desse fenômeno. Como objetivos específicos, busca-se: identificar os principais tipos de violência que atingem as mulheres; analisar os impactos desse fenômeno na saúde das vítimas; e discutir a atuação da enfermagem no atendimento e no cuidado prestado às mulheres em situação de violência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceitos e tipos de violência contra a mulher

A violência contra a mulher, também conhecida como violência doméstica ou violência de gênero, configura-se em qualquer ação agressiva que cause ou tenha potencial de causar danos físicos, psicológicos, sexuais ou sofrimento. Inclui também ameaças, coerções e restrições arbitrárias da liberdade, seja em espaços privados ou públicos. Essas violências constituem um fenômeno de grande complexidade, presente em diferentes sociedades ao redor do mundo, com raízes ligadas à interação de múltiplos fatores culturais, econômicos, biológicos, políticos e sociais (Silva *et al.*, 2020).

2.2 Agressão física

Qualquer ação que comprometa a integridade física ou a saúde da mulher caracteriza-se como violência, como: bofetadas, empurrões, chutes, socos, queimaduras, cortes, mordidas, entre outros tipos de agressão (Teixeira; Paiva, 2021).

2.3 Agressão sexual

Qualquer prática que obrigue a mulher a assistir, manter ou participar de uma relação sexual contra sua vontade, sem o devido consentimento, caracteriza-se como violência sexual. Isso inclui a imposição de relações sexuais, o estupro, o assédio sexual, bem como a restrição ou supressão dos seus direitos sexuais e reprodutivos (Brasil, 2006; Silva *et al.*, 2020)

2.4 Agressão psicológica

Atos que provoquem sofrimento emocional ou psicológico incluem situações de humilhação, chantagens, ameaças, isolamento social, controle excessivo, desvalorização e manipulação. Também se caracterizam por insultos repetidos, impedir que a mulher exerça atividades como trabalhar ou estudar, vigiar seus movimentos e apresentar explosões de raiva de forma recorrente (Galvão *et al.* 2021).

2.5 Agressão moral

Toda ação que se caracterize como calúnia, difamação ou injúria, com a intenção de atingir a honra ou a reputação da mulher, constitui violência moral. Isso inclui acusá-la injustamente de um crime, divulgar boatos ou mentiras para manchar sua imagem, além de ofendê-la por meio de insultos e xingamentos (Brasil, 2006; Moreira *et al.*, 2010).

2.6 Agressão patrimonial

Qualquer comportamento que envolva a retenção, apropriação, destruição ou dano de bens, valores, documentos pessoais ou instrumentos de trabalho da mulher caracteriza violência patrimonial. Isso inclui atitudes como controlar o uso do dinheiro, destruir objetos de valor afetivo ou material, reter documentos importantes e impedir que a mulher exerça atividades profissionais por falta de recursos (Silva *et al.*, 2020).

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza exploratória, cujo objetivo consiste em reconhecer a violência contra a mulher como um problema de saúde pública, enfatizando a importância da perspectiva de gênero para a compreensão desse fenômeno. Além disso, buscou identificar os principais tipos de violência que atingem as mulheres e analisar a atuação da enfermagem no atendimento e na assistência às vítimas em situação de violência.

A pesquisa bibliográfica fundamenta-se no levantamento, seleção e análise de produções já publicadas sobre determinado tema, permitindo ao pesquisador ampliar a compreensão teórica acerca do objeto de estudo a partir de diferentes perspectivas científicas, sem a necessidade de coleta direta de dados com participantes (Gil, 2019). Nesse sentido, este trabalho configurou-se como uma revisão de literatura de caráter narrativo, voltada à sistematização e interpretação crítica das produções acadêmicas relacionadas à violência contra a mulher e ao papel da enfermagem no cuidado às vítimas.

A estratégia de busca foi realizada em bases de dados reconhecidas na área da saúde, com o intuito de reunir estudos relevantes e atualizados sobre a temática

investigada. Foram consultadas as bases SciELO, LILACS, BDNF, PubMed e Google Scholar, selecionadas por sua relevância na divulgação de pesquisas científicas nas áreas de saúde e enfermagem. Para a identificação das publicações, utilizaram-se os descritores “agressão física”, “enfermagem”, “saúde mental” e “tipos de violências”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR, de modo a ampliar as possibilidades de busca e localizar estudos que abordassem diferentes dimensões da violência contra a mulher.

Foram definidos como critérios de inclusão artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais publicados no período de 2005 a 2025, disponíveis na íntegra e redigidos nos idiomas português, inglês ou espanhol, que apresentassem relação direta com a temática da violência contra a mulher, especialmente no que se refere às implicações para a saúde e à atuação da enfermagem no cuidado às vítimas. Como critérios de exclusão, foram descartadas publicações duplicadas nas bases de dados consultadas, materiais sem acesso ao texto completo e estudos que não abordavam de forma direta o objeto desta investigação.

Após a etapa de identificação e seleção das produções, os materiais foram submetidos a uma leitura inicial para verificação de sua pertinência em relação ao tema proposto. Em seguida, realizou-se a leitura analítica dos estudos selecionados, permitindo a organização das informações mais relevantes para a construção da discussão teórica. A análise dos conteúdos ocorreu de forma qualitativa, buscando identificar categorias temáticas presentes na literatura e evidenciar as principais abordagens relacionadas à atuação da enfermagem no enfrentamento da violência contra a mulher, bem como os desafios e as possibilidades existentes no cuidado às vítimas.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Evidências científicas e diretrizes oficiais sobre violência contra a mulher

A análise dos estudos selecionados evidencia diferentes dimensões relacionadas à violência contra a mulher, apontando tanto os desafios enfrentados pelas vítimas quanto as estratégias consideradas fundamentais para um atendimento mais sensível e eficaz. As publicações destacam que o fenômeno ultrapassa a esfera individual e exige intervenções que envolvam múltiplos setores da sociedade, especialmente no campo da saúde e da assistência social (Feitosa; Alcantra, 2019).

Nesse conjunto de evidências, observa-se que a literatura tem enfatizado a necessidade de compreender a violência a partir de uma perspectiva ampliada, considerando não apenas as agressões em si, mas também os impactos sociais, familiares e institucionais que acompanham essas situações. Dessa forma, reforça-se a importância de práticas articuladas entre diferentes áreas do conhecimento e da implementação de políticas públicas capazes de garantir cuidado integral às mulheres em situação de violência (Batista *et al.*, 2021).

No campo das orientações institucionais, a Norma Técnica nº 06/2005 do Ministério da Saúde estabelece diretrizes para o atendimento às mulheres vítimas de violência, indicando que o cuidado deve ocorrer de forma articulada entre os diferentes serviços da rede de atenção. O documento ressalta que a compreensão do problema não pode ser limitada à responsabilização individual do agressor ou a fatores exclusivamente socioeconômicos, sendo necessário considerar os elementos sociais e culturais que sustentam essas práticas (Brasil, 2005).

Além disso, recomenda-se que o atendimento seja pautado no acolhimento qualificado, na escuta atenta e no diálogo respeitoso, preservando o sigilo das informações e respeitando o tempo e as decisões de cada mulher (Brasil, 2005; Borges *et al.*, 2024). Essas orientações reforçam a necessidade de que os profissionais de saúde, especialmente aqueles que atuam na atenção direta às usuárias, estejam preparados para reconhecer sinais de violência e conduzir o atendimento de maneira ética, sensível e humanizada.

A legislação brasileira também constitui um importante instrumento de proteção às mulheres. A Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha,

estabelece mecanismos destinados à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar, além de garantir medidas protetivas e assegurar direitos fundamentais às vítimas (Brasil, 2006). Entretanto, a literatura aponta que ainda existe um distanciamento entre o que está previsto na legislação e a efetiva aplicação dessas medidas no cotidiano dos serviços, muitas vezes devido ao desconhecimento das normas tanto por parte das vítimas quanto de alguns profissionais.

Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar ações educativas e de fortalecer a articulação entre os serviços que compõem a rede de proteção (Brasil, 2006). De forma complementar, a Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher destaca a importância da atuação integrada entre diferentes instituições, buscando reduzir a fragmentação dos atendimentos e promover maior cooperação entre os setores envolvidos (Signorelli *et al.*, 2018).

Diante desse conjunto de evidências, observa-se que as diretrizes institucionais e os instrumentos legais constituem fundamentos essenciais para orientar as práticas desenvolvidas nos serviços de saúde. Nesse contexto, os profissionais que atuam na linha de frente do atendimento, entre eles a equipe de enfermagem, passam a desempenhar papel relevante na identificação das situações de violência e na condução inicial do cuidado, uma vez que frequentemente estabelecem o primeiro contato com as usuárias nos diferentes níveis de atenção. Assim, a efetividade dessas políticas depende também da preparação técnica e da sensibilidade dos profissionais responsáveis pelo acolhimento e encaminhamento das vítimas.

4.2 Planejamento e práticas de cuidado de enfermagem

No contexto da assistência em saúde, o cuidado de enfermagem assume papel fundamental no atendimento às mulheres em situação de violência. O planejamento das ações deve considerar não apenas os aspectos clínicos apresentados pela vítima, mas também as condições sociais, emocionais e familiares que envolvem o episódio de violência. Para isso, torna-se necessário que a assistência seja orientada por protocolos, diretrizes institucionais e fundamentos éticos que assegurem um atendimento seguro e acolhedor (Feitosa; Alcantra, 2019).

Nesse sentido, a atuação da enfermagem destaca-se como elemento central no primeiro contato com a vítima dentro dos serviços de saúde, sendo responsável por identificar sinais de violência, realizar o acolhimento inicial e encaminhar a mulher para os serviços adequados dentro da rede de atenção.

Os profissionais de enfermagem precisam desenvolver sensibilidade e preparo técnico para lidar com essas situações, uma vez que o reconhecimento da violência muitas vezes depende da observação cuidadosa de sinais físicos, emocionais e comportamentais apresentados pela usuária. Assim, o cuidado não se limita ao tratamento de lesões ou agravos físicos, mas envolve também a escuta qualificada, o apoio emocional e a orientação sobre os direitos e recursos disponíveis para proteção da mulher (Feitosa; Alcantra, 2019; Moreira, 2010). Dessa forma, a prática da enfermagem assume um caráter ampliado, integrando cuidado clínico, apoio psicossocial e articulação com outros profissionais e serviços da rede de proteção.

Além disso, a forma como o acolhimento é realizado pode influenciar diretamente a decisão da vítima de relatar a violência e buscar apoio institucional. Quando o atendimento ocorre em um ambiente de confiança, respeito e ausência de julgamento, aumentam as possibilidades de identificação dos casos e de encaminhamento adequado para serviços especializados (Feitosa; Alcantra, 2019; Moreira, 2010). Por essa razão, a atuação da enfermagem também envolve um papel educativo e de orientação, contribuindo para que as mulheres reconheçam a violência vivenciada e tenham acesso aos mecanismos de proteção existentes.

Outro aspecto frequentemente apontado nos estudos analisados refere-se à importância da qualificação permanente dos profissionais de enfermagem para lidar com situações de violência de gênero. A capacitação contínua favorece o reconhecimento precoce de sinais de agressão, contribui para o manejo adequado das situações identificadas e fortalece a articulação com os demais serviços da rede de apoio (Feitosa; Alcantra, 2019; Moreira, 2010). Dessa maneira, a formação e o aperfeiçoamento profissional tornam-se elementos indispensáveis para que o cuidado prestado seja efetivo, humanizado e alinhado às diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher.

Assim, os resultados indicam a necessidade de fortalecer estratégias de intervenção voltadas ao cuidado das mulheres em situação de violência, com destaque para ações que promovam acolhimento adequado, incentivo à denúncia e ampliação das redes de apoio. Nesse processo, a enfermagem ocupa posição estratégica dentro dos serviços de saúde, atuando na identificação precoce dos casos, no acolhimento das vítimas e na articulação com outros setores responsáveis pela proteção e acompanhamento dessas mulheres. Essas iniciativas contribuem para a redução de agravos à saúde, para o fortalecimento das políticas de enfrentamento da violência e para a construção de práticas de cuidado mais integradas e efetivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher é um fenômeno de grande magnitude, com repercussões severas sobre a saúde psíquica e a qualidade de vida das vítimas. A exposição contínua a agressões gera estresse, ansiedade, esgotamento emocional e medo, comprometendo o bem-estar e a autonomia feminina.

Os dados analisados mostram que a violência ocorre, em grande parte, nas relações conjugais, frequentemente praticada pelo parceiro íntimo. Essa constatação reforça a dimensão de gênero do problema e evidencia a necessidade de políticas públicas e estratégias de intervenção que considerem a complexidade das dinâmicas familiares e afetivas.

É essencial que profissionais de saúde e gestores adotem medidas efetivas de prevenção e enfrentamento, incluindo o fortalecimento das políticas de combate, a divulgação de espaços de acolhimento e o suporte psicológico, sempre pautados na empatia, no respeito e na valorização da mulher. Assim, embora a literatura já ofereça informações relevantes, novas pesquisas são necessárias para ampliar a compreensão dos diferentes contextos de agressão e subsidiar práticas mais seguras e eficazes no âmbito familiar e social.

6 REFERÊNCIAS

BATISTA, M. N. L., BRILHANTE, A. P. C. R., MARTINS, T. A., PARENTE, N. A. Saúde mental das mulheres em situação de violência física: revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 14, e315101421795, 2021. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.21795>.

BORGES, M. S. L., LOPES, R. S. G., NASCIMENTO, C. Q. Um problema de saúde pública: a violência contra a mulher no contexto dos serviços de saúde. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n.15, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55892/jrg.v7i15.1696>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Norma Técnica nº 06/2005: Atenção integral às pessoas em situações de violência. Brasília: MS, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2006.

CARVALHO, L. V., OLIVEIRA, I. B. S., COELHO, F. S., ARAÚJO, L. S. METAMORFOSEANDO DORES: Impactos da violência sobre a saúde mental e a corporeidade de mulheres. *Psicologia e Saúde em debate*, v. 11, n. 1, p. 744-771, 2025. DOI: <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V11A1A44>.

FEITOSA, F. E. A., ALCANTRA, P. P. T. Desafios da enfermagem no atendimento à mulher vítima de violência. *Encontros Científicos FVS*, v. 1, n. 2, 2019.

GALVÃO, R. L., OLIVEIRA, H. F., LIMA, M. A. C., COSTA, T. A., MUNARETTO, G. F., FARIA, M. S., VIEIRA, T. F. S., PINTO, F. O., DELGADO, M. A. Atuação dos profissionais de enfermagem frente às mulheres vítimas de violência doméstica. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e5165.2021>.

GARCIA, E. C. R., OLIVEIRA, E. A. Impacto da violência doméstica na saúde mental da mulher durante a gestação e pós-parto: prevenção e abordagem clínica. *Revista Estudos Acadêmicos em Saúde*, v. 1, n. 1, p. 81-93, 2024. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v9i4.59267>.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MOREIRA, I. C. C. *et al.* O enfermeiro diante de situações de violência contra a mulher. Programa de atualização em Enfermagem – PROENF. Saúde do adulto. Clico 5, modulo 1, p. 87 a 99. Editora Artmed. Porto Alegre, 2010.

SIGNORELLI, M. C., TAFT, A., PEREIRA, P. P. G. Violência doméstica contra mulheres, políticas públicas e agentes comunitários de saúde na Atenção Primária Brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, p. 93-102, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018231.16562015>.

SILVA, A. F. C., ALVES, C. G., MACHADO, G. D., MEINE, I. R., DA SILVA, R. M., CARLESSO, J. P. P. Violência doméstica contra a mulher: contexto sociocultural e saúde mental da vítima. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 3, p. e35932363-e35932363, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2363>.

TEIXEIRA, J. M. S., PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. *Violência contra a mulher e adoecimento mental: Percepções e práticas de profissionais de saúde em um Centro de Atenção Psicossocial. Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, p. e310214, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312021310214> .

